

# Sarney fixa eleição direta para 88

Redução do mandato presidencial será comunicada hoje aos ministros

LUIZ MARQUES



Sarney reuniu o Conselho Político para debater as medidas que anunciará hoje

## Presidente fica no PMDB por garantia

O presidente José Sarney tomou a iniciativa de dizer ontem ao governador do Pará, Jader Barbalho, que permanecerá no PMDB. Foi a quarta vez, este ano, que o presidente anunciou essa decisão — mas apenas duas vezes Sarney deu a informação em resposta a perguntas: durante café da manhã com jornalistas credenciados no Planalto e em audiência com o governador do Espírito Santo, Gérson Camata.

Esta disposição do Presidente de reafirmar que permanece no partido do governo, e não entra na Frente Liberal — responsável por sua indicação para a vice-presidência na chapa de Tancredo Neves — está sendo interpretada por políticos ligados a Sarney como uma demonstração de necessidade administrativa.

Argumenta-se ainda que o presidente não ignora que o PMDB, com sua maioria de deputados e senadores, pode aprovar ou vetar, sozinho, propostas do governo que não sejam de seu interesse. Com a afirmação de Sarney de que seu partido é o PMDB espera reunir a legenda em seu apoio e no prestígio de seu governo.

Sarney, por sua vez, garantiu ao governador do Pará que "prestigiará todos os governadores que apoiaram a Aliança Democrática e garantiram, com sua ação, a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral". Na opinião do Presidente, transmitida a Barbalho, "é hora de se prestigiar e recuperar a importância dos estados".

## PDS indica o relator das diretas

O PDS saberá hoje de manhã, se o presidente José Sarney concordou em que seja restabelecida de imediato o princípio de eleições diretas para todos os níveis. Em hábil manobra política, o PDS indicou ontem o deputado Jorge Arbage (PA) para ser relator em plenário da emenda restabelecendo as diretas nas capitais, o que lhe assegura um poder de pressão a ser exercido contra o Governo até a hora de votação, provavelmente na quinta-feira.

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, e o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), informaram ontem ao líder do PDS, Prisco Viana (BA), que a questão continua em discussão no Governo. Ambos, porém, são favoráveis a esta iniciativa, já defendida também pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP). A bancada do PDS na Câmara está convocada para hoje, às 17h, a fim de examinar as propostas do Governo.

No Senado, o líder do PDS, Murilo Badaró (MG), explicou ontem aos jornalistas, informalmente, que os entendimentos estão sendo processados mais na Câmara porque o Governo tem dois senadores, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Humberto Lucena (PMDB-PB), no comando de sua bancada.

A exigência de que se aproveite a votação da emenda deputado Navarro Vieira Filho (PFL-MG) — diretas nas estâncias hidrominerais e municípios de segurança nacional — para restabelecê-las em todos os níveis, vem sendo apresentada pelo líder Prisco Viana desde seu primeiro entendimento com o líder Pimenta da Veiga (PMDB-MG), há um mês, aproximadamente. Ele frisou, sempre, que no texto vigente, caso haja algum problema com o Presidente da República, a nova eleição teria de ser pelo Colégio Eleitoral, o que seria grave erro político.

A emenda Navarro Vieira Filho foi apreciada por uma Comissão Mista há quase três anos. Na época, como o PDS era majoritário, coube-lhe indicar o relator, que foi o deputado Adhemar Ghisi (PDS-SC), nomeado ministro do Tribunal de Contas da União. A partir do momento em que ficou decidido restabelecer as diretas nas capitais com base na emenda Navarro Vieira, que se encontrava guardada na Secretaria Especial do Senado, Prisco Viana verificou que lhe cabia o direito de indicar o relator.

No último fim de semana, ele conseguiu acertar com a mesa do Senado que seria lida na sessão matutina de ontem, do Congresso, a indicação do deputado Jorge Arbage como relator substituto, cabendo-lhe apresentar seu parecer em plenário. O presidente da Comissão Mista, senador Gastão Müller (PMDB-MT), aceitou a comunicação e já a oficializou.

As emendas constitucionais não têm, mais, pela Constituição vigente, prazo de tramitação e nem são arquivadas se não forem rejeitadas. Antigamente tinham de ser apreciadas em 90 dias após sua leitura e era arquivadas se não fossem votadas. Hoje, elas são guardadas e podem ser colocadas novamente na ordem do dia do Congresso, dependendo do presidente do Senado e de acordo das lideranças.

## Líderes discutem medidas que serão anunciadas hoje

O presidente José Sarney anuncia hoje em discurso na reunião ministerial as linhas de ação do Governo, começando por dar um rumo definitivo à política institucional. Foi o que explicou ontem o líder do Governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, acrescentando que o Presidente ira destacar também o esforço do Governo na área social, com a adoção do programa de emergência, e dar uma noção realista do déficit público de maneira a mostrar a situação de quase descalabro em que ficaram as finanças públicas.

Segundo Fernando Henrique, estes foram os pontos principais acertados na reunião do Conselho Político, no início da noite de ontem no Palácio do Planalto. As medidas objetivas a serem adotadas pelo Governo ficaram reservadas para serem anunciadas hoje no discurso de Sarney. De qualquer forma o senador deixou entender que o Governo já se posicionou a respeito da controversa questão de colocação do

princípio das eleições diretas na sucessão presidencial em votação no bojo da atual etapa das reformas partidárias e eleitoral.

Os compromissos da Aliança Democrática serão mantidos. O princípio das eleições diretas será votado no momento oportuno. Não vamos deixar que essa oportunidade seja decidida por aqueles que sempre se opuseram às eleições diretas.

Indagado então se o presidente Sarney partilhava desse ponto de vista, o líder do Governo respondeu:

— O presidente Sarney é partidário dessa idéia.

Sobre a ameaça do PDS de não votar os demais itens das reformas partidária e eleitoral caso o princípio da eleição direta não seja incluído no substitutivo a ser votado quinta-feira, Fernando Henrique observou que "será feita tudo o possível para o PDS aprovar as emendas do substitutivo".

O líder do Governo explicou que já foi feito um "levantamento nas bancadas da Aliança Demo-

crática, constatando-se que as bancadas do PMDB e da Frente Liberal vão comparecer maciçamente à votação e não vai haver problemas para a aprovação do substitutivo".

Embora sem fechar questão no caso da votação do princípio das eleições diretas, observando que "o assunto ainda está em discussão", Fernando Henrique procurou deixar claro que o problema poderá voltar à ordem do dia na pauta das preocupações do Governo após a votação das atuais reformas e ainda antes da Constituinte. Conforme esclareceu, Sarney deve dar hoje "os balizamentos para a orientação política geral" e posteriormente haverá novas reuniões do Conselho Político para traçar "um cronograma que terá ainda de ser definido".

O senador explicou também que o Conselho se decidiu pela votação das diretas para as capitais, com destaque para votação da reeleição dos atuais prefeitos, assim como os demais itens das reformas partidária e eleitoral.

## Montoro por telefone, propõe fixação do mandato

O governador de São Paulo, Franco Montoro, telefonou, na manhã de ontem, para o chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, e o presidente José Sarney sugerindo que este, na reunião ministerial de hoje, anuncie o envio de uma mensagem ao Congresso Nacional, imediatamente, fixando o seu mandato em quatro anos e a eleição direta do futuro presidente da República em 1988.

Nas duas conversas telefônicas sucessivas que manteve com o chefe do Gabinete Civil e depois com o próprio Presidente da República, o Governador de São Paulo referiu-se à pressão que vem sendo desencadeada por "alguns setores políticos interessados", principalmente o governador Leonel Brizola, encarecendo a necessidade dessa definição do Presidente da República para pôr um ponto final no debate em torno da questão.

### REFLEXÃO

Na reunião ministerial de hoje, o presidente José Sarney fará uma referência direta ao compromisso da Aliança Democrática e de Tancredo Neves de que o atual mandato presidencial seria de quatro anos, ao fim do qual, em 1988, seriam realizadas as

eleições diretas para escolha do novo presidente da República.

O deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB na Câmara, reclamou do "exagero" de algumas notícias publicadas por jornais do Rio a respeito de seu pensamento. Confirmou que seu ponto de vista pessoal é favorável ao restabelecimento da eleição direta, por princípio, no texto constitucional, sem data, mas logo ressaltou que o Governo, em particular o presidente Sarney, está refletindo a respeito.

O líder governista admitiu ontem para a imprensa que uma emenda nesse sentido possa ser discutida hoje, por ocasião da leitura do substitutivo João Gilberto — relator da comissão interpartidária —, que altera o texto constitucional para restabelecer a eleição direta dos prefeitos das capitais a 15 de novembro deste ano.

A respeito da entrevista do governador Leonel Brizola, publicada ontem na imprensa, acusando a Aliança Democrática de usar os mesmos métodos "da ditadura" ao evitar uma negociação quanto ao restabelecimento das eleições diretas, Pimenta da Veiga disse:

— O Dr. Brizola está sendo precipitado. Ele deve se lembrar que a campanha presidencial deu ao presidente Sarney, como deu a Tancredo Neves, uma legitimida-

de que só é contestada por ele, Brizola. De resto, o povo brasileiro está atento a qualquer manobra personalista. O que deseja agora é um governo estável que reduza a inflação, ofereça mais empregos e melhores salários.

O líder do Governo revelou que o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, fará exposição de uma hora a respeito da situação econômico-financeira e as alternativas que se colocam diante do Governo para vencer os problemas mais agudos (trinta minutos e mais uma prorrogação de trinta minutos).

Depois dessa exposição, o Ministro da Fazenda se submeterá ao debate com os deputados a respeito de todas as questões que estes entenderem de suscitar.

### PEDIDO DE APARECIDO

Por solicitação do novo governador do Distrito Federal, deputado José Aparecido, Pimenta da Veiga decidiu incluir no substitutivo que restabelece a eleição direta dos prefeitos de capitais um dispositivo pelo qual deputados e senadores poderão ser secretários de Estado em Brasília sem perder seus mandatos.

A atual Constituição simplesmente impede que deputados e senadores assumam Secretarias de Estado no Distrito Federal.

## "Se fosse votada, passaria"

GILBERTO ALVES



Lyra discutiu com Pimenta as reformas políticas

"A duração do mandato presidencial só será decidida pela Assembleia Nacional Constituinte ou pelo próprio presidente José Sarney", declarou o ministro da Justiça, Fernando Lyra, ao ser indagado se o Governo teme a inclusão de tal medida nas reformas políticas a serem votadas quarta-feira. O ministro observou que nem mesmo o princípio de tornar constitucional a sucessão via eleições diretas do presidente Sarney — como querem os partidos de oposição e que poderia permitir ou não a redução do mandato, do presidente Sarney — será votado amanhã. O PMDB e o Governo não são contra eleições diretas para a Presidência da República, mas tal assunto deve ser estudado detalhadamente.

Em entrevista concedida no Congresso Nacional, onde permaneceu durante duas horas na tarde de ontem Fernando Lyra admitiu que tal proposta, se colocada em votação no "emendão", seria aprovada tranquilamente pelo Congresso. Há, no país, um desejo de democratização e de aprimoramento das Instituições políticas, sobretudo no que se refere às eleições. Por isso, não havia maiores restrições". No entanto, reiterou o ministro, a inclusão do princípio constitucional só poderá ser apreciada depois que for bem estudada.

A redução do mandato presidencial de seis para quatro anos e a escolha do seu sucessor em 1988, através de eleição direta, serão os principais destaques políticos do pronunciamento que o presidente José Sarney fará hoje durante a primeira reunião ministerial que promove após a sua efetivação. Ele anunciará também um plano de ação social ainda para este ano, que mobilizará cerca de Cr\$ 12 trilhões para a aplicação, basicamente em programas de alimentação, saúde e reforma do sistema penitenciário.

Sarney reafirmará aos ministros o mesmo propósito de Tancredo Neves de submeter todos os projetos de mudança política à Assembleia Nacional Constituinte a ser convocada no próximo ano. Depois do seu discurso — previsto para 20 minutos e que será franqueado à imprensa — o encontro prosseguirá, mas em caráter reservado, quando cada ministro deverá expor as realizações e problemas das suas pastas nestes primeiros dois meses de Governo.

Os decretos que serão assinados por Sarney para a implantação do programa social determinarão o aumento do número de dias de distribuição da merenda escolar — atualmente 140 por ano —, o aumento da alimentação entregue a nutrízes e gestantes, a construção e reforma de presídios nas grandes cidades e investimentos para combater doenças endêmicas.

O programa de Ação Social será em duas etapas. A primeira será desenvolvida ainda neste semestre com os recursos de Cr\$ 6 trilhões já disponíveis pelos ministérios envolvidos no programa, que serão redirecionadas para áreas prioritárias.

A segunda etapa somente será viabilizada a partir de julho caso haja excesso de arrecadação fiscal e recursos disponíveis do Finsocial. O programa é baseado num documento de 20 páginas elaborado por técnicos do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipea), ligado ao Ministério do Planejamento, que tem por objetivo a criação de empregos a curto prazo e o desenvolvimento desses programas nas áreas de alimentação e saúde.

O documento sugere projetos nas áreas de saneamento básico, construção de habitações de baixa renda, creches, presídios e escolas. Além de ocupar mão-de-obra, estes programas trariam benefícios à comunidade.

Os ministérios envolvidos no programa — Saúde, Educação, Trabalho, Previdência, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Justiça — terão um prazo de 30 dias para apresentar suas propostas e a definição da aplicação dos recursos.

A reunião será aberta às 9 horas pelo Presidente. Segundo o assessor de imprensa da Presidência, Fernando César Mesquita, Sarney começou a redigir seu discurso somente ontem à noite, no Palácio do Jaburu. Apesar do Planalto informar que, além do Presidente, apenas os ministros Dornelles, Sayad e Pazzianotto falarão, vários outros ministros consultados confirmaram que, na parte reservada do encontro, haverá um balanço da atuação de cada um.

Os ministros esclareceram ainda que o Palácio do Planalto solicitou que cada um apresentasse uma exposição de dez minutos sobre a situação da sua pasta. De acordo com um ministro, isso tornaria a reunião "uma das mais longas da República". Mesmo com a informação oficial de que essa prestação de contas não está mais programada, vários ministros prepararam farto material, com destaque para reivindicações, principalmente verbais e nomeações, que consideram fundamentais para suas gestões.

## Democracia no atendimento ao público

O presidente José Sarney quer democratizar o acesso do grande público aos bens e serviços do governo federal e para isso assina hoje comunicado aos ministros de Estado, determinando que eles trabalhem no sentido de melhorar a relação do público com os departamentos da administração direta e indireta.

Na opinião do Presidente, expressa em comunicado de duas laudas que será remetido hoje ao ministro-chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, muitas vezes a demora no atendimento ao público ou as dificuldades que são criadas neste relacionamento abriram condições para, mais tarde ocorrer a venda de facilidades e a corrupção.

Acabando com a rivalidade entre o povo e o servidor público através de recomendação expressa dos ministros a seus subordinados e pelo entendimento do público e dos servidores de que se está vivendo uma Nova República no País, acrescenta Sarney, está se combatendo a corrupção no serviço público.

Mas estes aspectos mais negativos de corrupção não deverão ser abordados tão diretamente no comunicado do Presidente, que recorrerá a subterfúgos como frisar a questão da democracia e da Nova República. Ele deverá dizer que o tratamento adequado às partes é direito do cidadão e do servidor, e pedirá que isso não fique apenas na teoria, esperando medidas efetivas dos ministros para resolver os problemas que se verificam agora.